

## **GREVE**

### **Nosso instrumento de luta quando não somos ouvidos pelo governo**

A paralisação das atividades nas escolas estaduais, decidida pelos trabalhadores em educação nas assembleias realizadas nas Regionais, é um instrumento legítimo de luta da categoria pelos direitos previstos em Lei, mas não respeitados pelo governo. Os motivos para a greve são muitos e vão desde o desrespeito aos profissionais da educação à falta de reposição de perdas salariais. Hoje os trabalhadores em educação de Rondônia possuem o segundo pior salário entre os 26 Estados e o Distrito Federal, mas o governo, em vez de implantar uma política salarial, criou a MENP para barrar no início toda e qualquer luta dos servidores.

#### **Governo não cumpre a Lei do PEE nem a Lei do Piso**

A nossa greve é em protesto contra a falta de reposição de perdas salariais, pelo não cumprimento, por parte do governo, da Lei nº 3.565/2015 (Lei do Plano Estadual de Educação); contra a implantação do programa de computador Gênesis 360, que está prejudicando profissionais da educação na relotação; pelo não cumprimento da Lei nº 11.738/2008 (Lei do Piso do Magistério), entre outros problemas enfrentados pela categoria.

A Lei do PEE foi aprovada na Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador, prevendo o aumento gradual dos recursos destinados à educação em 1% ao ano, passando dos 25% em 2015 para 30% até o ano de 2020, além de mecanismos que evitam o achatamento salarial dos profissionais da educação. Mas até agora o governo sequer regulamentou esses dispositivos.

Os trabalhadores em educação cobram do governo o atendimento das reivindicações apresentadas no Plano de Valorização da categoria, protocolado na Seduc e no Gabinete do governador ainda em dezembro de 2017.

#### **Rondônia, que já teve o terceiro melhor salário, agora tem o segundo pior salário do país**

Os trabalhadores em educação de Rondônia, que já chegaram a ter o terceiro melhor salário no ranking nacional entre os Estados, agora está em penúltimo lugar.

Os salários só não eram melhores do que no Distrito Federal e no Acre. Hoje estamos atrás até de estados considerados "mais pobres".

A queda se deu pela falta de uma política salarial no governo do Estado e pelo desrespeito aos direitos da categoria, como o não cumprimento da Lei nº 11.738/2008 (lei do piso do Magistério).

Enquanto os salários na Educação permaneceram praticamente congelados, o mesmo não aconteceu em outras categorias. Basta verificar que em outras secretarias os profissionais que possuem formação equivalente ganham salários são bem mais altos.

## **TRANSPOSIÇÃO**

### **Recursos economizados já deveriam estar reforçando a folha de pagamento**

O governo do estado não revela quanto já economizou com a transposição de servidores para a folha da União. Mas se esqueceu da promessa feita pelo governador Confúcio Moura, de que utilizaria os recursos economizados para melhorar os salários dos que permaneceram na folha do Estado. Até agora quase 3.000 servidores já foram retirados da folha do Estado e transferidos para a folha da União. No total, 4.023 servidores já tiveram portarias publicadas no Diário Oficial da União para entrarem na folha de pagamento do governo federal. O Sintero luta para que a transposição seja agilizada, e mantém na Justiça ações para garantir o mesmo direito aos servidores contratados de 16/03/1987 a 31/12/1991. Também através da luta já conseguiu com que fossem apresentadas emendas à Medida Provisória 817 garantindo a transposição dos aposentados, dos pensionistas, e daqueles que fizeram novo concurso para o mesmo cargo que ocupavam ou para cargo equivalente.